

**LEI Nº 2.190, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA BAIXA DE VALORES DO  
BALANÇO PATRIMONIAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** — Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder baixa, no Balanço do corrente exercício, através de expediente legal, de valores contidas no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial desta Municipalidade, no valor de Cr\$ 10,39 (dez cruzeiros reais e trinta e nove centavos), proveniente de saldo de Dívida Flutuante e, no Ativo Compensado no valor de Cr\$ 1,77 (um cruzeiro real e setenta e sete centavos), respectivamente, inexistentes na realidade financeira dos mencionados, e que vem sendo lançados indevidamente, há vários anos nos títulos e importâncias abaixo relacionadas:

~~PASSIVO FINANCEIRO 1~~ — Consignações:

Empréstimo para Consignações CEF ..... Cr\$ 10,39

~~ATIVO COMPENSADO~~

1 — Valores em Poder de Terceiros..... Cr\$ 1,77

————— TOTAL..... Cr\$ 12,16

**Art. 2º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre (ES), 18 de novembro de 1994.

**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA** — Caléu  
——— Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.